

# O Partido dos Trabalhadores e o catolicismo progressista na reconstrução da democracia brasileira nos anos 1980

*Leandro de Aquino Mendes<sup>1</sup>*

**Resumo:** O artigo faz uma breve análise acerca da criação do Partido dos Trabalhadores e sua relação com o chamado “catolicismo progressista” nos anos 1980, tendo como espaço para essa análise a cidade de Montes Claros, norte de Minas Gerais. O artigo busca enfatizar o surgimento do PT como resultado dos anseios de boa parte da classe trabalhadora sindicalizada, pelo retorno de um Estado democrático no Brasil, assim como pela participação direta destes trabalhadores na política partidária, refletindo também como uma determinada ética política pode tecer profundos diálogos com uma determinada ética religiosa. Procura mostrar também como a valorização da democracia se refletia na própria tentativa de organização interna do partido, pelo incentivo à participação dos seus membros nas discussões e decisões do partido, por meio dos chamados “núcleos de base”. Apesar das dificuldades no que se refere à nucleação do partido, os discursos do Partido revelavam o desejo pela democracia como um valor geral, algo também percebido nos discursos da Igreja Católica naquele momento. O artigo é fruto de um trabalho de mestrado acerca da relação entre o PT e a Igreja Católica na cidade de Montes Claros-MG, na década de 1980.

**Palavras-chave:** Partido dos Trabalhadores. Redemocratização. Movimento Operário. Igreja Católica.

**Abstract:** The article makes a brief analysis about the creation of the Worker’s Party (PT) and its relationship with “Catholicism progressive” in the 1980’s, having as scope of this analysis the city of Montes Claros, in northern Minas Gerais. The article emphasizes the appearance of the PT as a result of the desires of most of the unionized working class, for the return of the democratic state in Brazil, so with the direct participation of these workers in party politics, reflecting how a determined political ethic can weave deep dialogues with a determined religious ethic. Seeks to show how the appreciation of democracy was reflected in an attempt to internal organization of the party, through the based cores. Despite the difficulties in regard to nucleation party, the discourses of the Party revealed the desire for democracy as a general value, something also present in the discourses of the Catholic Church. The article is the result of the master thesis on the relationship between PT and Catholic Church in Montes Claros-MG, in the 1980’s.

**Keywords:** Worker’s Party. Democratization. Catholic Church. Labor Movement.

<sup>1</sup> Mestre em História Social pela Universidade Federal de Uberlândia. Prof. do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais - IFNMG, Campus Januária.

Quando, em fins de 1979, por meio da Lei. 6.767, o regime militar alterava a legislação partidária então vigente, pondo fim ao sistema bipartidário com o retorno do pluripartidarismo, vislumbrava-se, no cenário político nacional, por mais que ainda distante, pois continuávamos em um regime ditatorial, a possibilidade de (re) construção da democracia no país. Evidentemente que esse caminho rumo às práticas democráticas de representatividade política não viria simplesmente por meio da promulgação de uma lei. Foi fruto de um processo social que, cada vez mais, colocava em xeque a legitimidade do governo militar, assim como a condição social e política vivida pela(s) classe(s) trabalhadora(s) brasileira(s). Conforme bem apontou Éder Sader, esta conjuntura política, que vai desde as primeiras greves do ABC em 78 até a eleição de Tancredo Neves em 85, acabou ficando marcada como um período de transição para um novo sistema político, em que se inclui a própria reforma partidária. Esse período foi fundamentalmente condicionado “por significativas alterações no conjunto da sociedade civil”<sup>2</sup>, por rupturas no tecido social, provocadas pela atuação dos movimentos sociais, como era o caso do movimento operário, das Comunidades Eclesiais de Base, entre outros.

<sup>2</sup> SADER, Éder. *Quando novos personagens entraram em cena*. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

A eclosão desses movimentos sociais iniciados ainda na década de 1970, passando pela atuação das CEBs, pelas greves no ABC, culminando assim na formação do Partido dos Trabalhadores, constituído que foi por muitos católicos progressistas<sup>3</sup>, iria colocar também em pauta a própria noção de construção da democracia no país e dos sujeitos ativos nesse processo. Expressando esse anseio pela democracia, em 1985, escrevia Francisco Weffort: “Se os anos 50 são os anos da constituição do desenvolvimento como valor geral, penso que os anos 70 e os 80 são os da constituição da democracia como valor geral.”<sup>4</sup>.

### **Do sindicalismo ao partido político**

Entre 1978 e 1980, as greves ocorridas na região do ABC paulista, centro da indústria mecânica e automobilística do estado de São Paulo, foram uma das manifestações sociais mais importantes do período, servindo de inspiração para movimentos grevistas Brasil afora, e acabaram por propiciar uma atuação sindical que passaria a ser denominado como “novo sindicalismo”, marcado pela forte coesão entre operariado e sindicatos, numa renovação das práticas sindicais até então imperantes.

<sup>3</sup> Entende-se aqui por “catolicismo progressista” uma corrente de religiosos e leigos cujas práticas e discursos se aproximavam da chamada “teologia da libertação”.

<sup>4</sup> WEFFORT, Francisco. *Por que Democracia?* São Paulo: Ática, 1985, p. 61.

Segundo Margareth Keck, esse “novo sindicalismo” poderia ser caracterizado pela ênfase na organização das bases, pela reivindicação de uma revisão na legislação trabalhista, no sentido de criar sindicatos com autonomia perante o Estado, o que implicava no reconhecimento do direito à greve e à negociação direta entre patrões e empregados, ou seja, sem mediação governamental. Por fim, esse “novo sindicalismo” estava predisposto à militância, como aderir e organizar greves, ainda que ciente da repressão do regime.<sup>5</sup>

Quanto à “novidade” desse sindicalismo, uma das principais características se relacionava ao perfil de suas lideranças, sendo a maior parte proveniente do meio rural ou interiorano e sem vínculos com as correntes políticas tradicionais, portanto, distanciados das esquerdas convencionais.<sup>6</sup> Conforme Antônio de Almeida, apesar dessa “ausência teórica” por parte dessas novas lideranças,

ao se posicionarem em relação à condução das lutas, ainda que fundamentados basicamente em experiências empiricamente vivenciadas, as suas decisões externaram respostas claras para controvertidas questões historicamente debatidas no campo das esquerdas. No que diz respeito à propos-

ta de intervenção sindical, Lula e seus companheiros distanciaram-se das posições vanguardistas ao defenderem uma participação ativa das bases.<sup>7</sup>

Autonomia sindical, diálogo com os operários, ou seja, com as bases, tudo isso se configurava como elementos constituintes desse então “novo sindicalismo” que ganhava projeção nacional. No entanto, mais do que um movimento pela reivindicação de melhorias salariais para um conjunto de trabalhadores de uma determinada localidade; o movimento se articulou com várias outras regiões do país. Nesse viés, talvez o fato mais importante trazido pelas greves de 1978 a 1980 foi mesmo a representação que se passou a fazer acerca dos trabalhadores e dos sindicatos, algo que ia além das ideias vanguardistas da esquerda tradicional. O movimento mostrava a importância das bases como *agentes políticos*, agora não somente no terreno das fábricas, mas no da política partidária. A possibilidade de se formar um partido político ganhava cada vez mais adeptos entre os trabalhadores envolvidos diretamente nesse processo.

Com as greves ocorridas nesse período, os líderes “autênticos” do “novo sindicalismo” perceberam que era preciso passar suas reivindicações do campo social para o político. Desse modo, era preciso, na visão de “autênticos” como Lula, fazer com que os trabalhadores pudessem ser representados

<sup>5</sup> KECK, Margareth E. O novo sindicalismo na transição brasileira. In: STEPAN, Alfred. (org.). *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

<sup>6</sup> ALMEIDA, Antônio de. *Experiências políticas no ABC paulista: lutas e práticas culturais dos trabalhadores*. Uberlândia: Edufu, 2009, p.256.

<sup>7</sup> *Ibid.*, p. 256

na arena político-partidária, por meio de um partido que atuasse por e para a classe trabalhadora. Surgia, assim, a ideia do Partido dos Trabalhadores.

No entardecer da década de 1970, tal ideia já era ansiada por várias lideranças sindicais, como podemos verificar quando da realização do IX Congresso dos Trabalhadores Metalúrgicos, Mecânicos e de Material Elétrico do Estado de São Paulo, em Lins-SP. Na já famosa “Tese de Santo André-Lins”, o partido político é colocado aos trabalhadores como instrumento na luta por melhores condições de vida:

A história nos mostra que o melhor instrumento com o qual o trabalhador pode travar esta luta é o seu partido político. Por isso, os trabalhadores têm que organizar os seus partidos que, englobando todo o proletariado, lutem por efetiva libertação da exploração. Hoje, diante da atual conjuntura política, econômica e social que vive a sociedade brasileira, essa necessidade, como o peso de sua importância, se faz sentir.<sup>8</sup>

A *necessidade sentida* então era de constituir um partido formado por e para os trabalhadores, identificados por uma condição social, por um terreno comum compartilhado, de reivindicações por melhores condições de trabalho, de moradia, ou seja, de vida, o que fez com que vislumbassem na atuação

partidária um caminho possível para se tentar buscar melhorias sociais.

Em 1º de maio de 1979, o movimento pelo Partido dos Trabalhadores tornava público sua Carta de Princípios que, assim como a Tese de Santo André-Lins, se baseava em uma lógica de oposição, de alteridade, entre dominantes e dominados, enfim, de luta de classes propriamente dizendo, tal como podemos observar:

Numa sociedade como a nossa, baseada na exploração e na desigualdade entre as classes, os explorados e oprimidos têm permanente necessidade de se manterem organizados à parte, para que lhes seja possível oferecer resistência à desenfreada sede de opressão e de privilégios das classes dominantes.<sup>9</sup>

O mesmo documento colocava a importância dos sindicalistas para o PT, da necessidade destes em “lançarem” o Partido, em virtude de sua “autoridade moral e política”, mas deixando clara a intenção de não se tornarem “donos do PT”, afirmando a existência, entre os trabalhadores, de “militantes de base mais capacitados e devotados, a quem caberá a tarefa de construir e liderar nosso partido.”<sup>10</sup> Naquele momento, o socialismo, ainda que timidamente, era citado, entrelaçado com a questão democrática: “O PT afirma seu compromisso com a democracia plena exercida diretamente pelas massas, pois não

<sup>8</sup> PARTIDO DOS TRABALHADORES. A Tese de “Santo André-Lins”. In: \_\_\_\_\_. Resoluções de Encontros e Congressos. 1979-1998, São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998, p. 47.

<sup>9</sup> PARTIDO DOS TRABALHADORES. Carta de Princípios. In: \_\_\_\_\_. *Op cit.*, p. 49.

<sup>10</sup> Ibid.

há socialismo sem democracia, nem democracia sem socialismo.”<sup>11</sup> Ao final da Carta podemos ler: “O PT manifesta em alto e bom som sua intensa solidariedade com todas as massas oprimidas do mundo.”<sup>12</sup> Ainda que um documento pré-PT, o que se apresentava era um discurso cuja ênfase estava no apoio aos trabalhadores *oprimidos* – leia-se *pobre* – algo que já apontava no sentido de uma harmonia com o discurso católico de caráter progressista cuja ênfase estava naquele momento justamente pautada na “opção preferencial pelos pobres”.

Em 10 de fevereiro de 1980, no colégio Sion (São Paulo- SP), aconteceu o Ato Nacional de Lançamento do Partido dos Trabalhadores, com a aprovação de seu Manifesto, o qual, mais uma vez, trazia um discurso crítico em relação ao regime de governo e ao sistema capitalista, ressaltando o apoio à população pobre. Enfim, para os seus criadores, o PT nascia a partir da “decisão dos explorados de lutar contra um sistema econômico e político que não pode resolver os seus problemas, pois só existe para beneficiar uma minoria de privilegiados.”<sup>13</sup> Em junho daquele mesmo ano, no Instituto Sedes Sapientiae, São Paulo-SP, ocorria a Reunião Nacional de Fundação do Partido dos Trabalhadores, com a aprovação do Programa e Estatuto do partido.

<sup>11</sup> Ibid.

<sup>12</sup> Ibid.

<sup>13</sup> Id., Manifesto de Fundação. In: \_\_\_\_\_ . *Op. cit.* p. 65.

## As “bases” no discurso petista

Quando o movimento sindical, em fins da década de 1970, eclodiu no ABC paulista, por meio da atuação dos sindicatos, ora como intermediador, ora como organizador das manifestações grevistas, logo passaria a ser reconhecido como “novo sindicalismo”, essencialmente pela atuação daquele grupo de dirigentes sindicais identificados como “autênticos”, conforme dito anteriormente. E, talvez, o elemento mais característico dessa prática sindical que ora se apresentava, estava na sua relação com as *bases*, ou seja, na valorização destas como instância de decisão acerca das práticas sindicais. Para os “autênticos” desse movimento, como Lula, o sindicato deveria ser movido a partir da vontade da classe trabalhadora, e as propostas colocadas pelo sindicato deveriam nascer dos próprios trabalhadores.<sup>14</sup>

Conforme afirma Antônio de Almeida, Lula e seus companheiros, agindo desse modo e propagando esse discurso, acabaram por manter uma considerável distância de ideias que proclamavam a necessidade de uma vanguarda junto aos trabalhadores. Para o autor,

ganhou força nos processos decisórios dos movimentos de trabalhadores locais a defesa de uma participação ativa das bases, suplantando as velhas posições cupulistas, sobejamente

<sup>14</sup> ALMEIDA, Antônio de. *Op. cit.*

utilizadas pelas esquerdas no período que antecedeu ao golpe de 1964, contribuindo para a constituição de uma nova hegemonia política.<sup>15</sup>

Ao analisar as propostas surgidas no interior do movimento sindical na “abertura política” dos anos 1980, Paulo Roberto de Almeida aponta-nos que o conjunto de práticas e ideias processadas a partir da experiência do trabalho àquela época trazia, como reconhecimento por estes mesmos sujeitos, a “capacidade dos trabalhadores de fazer política de acordo com seus interesses ou necessidades próprias, o que, no limite, se contrapunha frontalmente à concepção de uma direção ‘consciente’, externa ao movimento.”<sup>16</sup> Ou seja, o que se tinha como novidade naquele momento era uma completa valorização das bases ou, melhor dizendo, da própria classe trabalhadora em si, destoando assim de um discurso vanguardista “tradicional”. Em outras palavras, essa nova forma de perceber a importância dos trabalhadores, evidenciava “a perspectiva de ruptura com o passado, ou ainda com modelos que reivindicavam uma determinada ‘tradição’ ou ‘experiência política’ no movimento operário/sindical”.<sup>17</sup>

<sup>15</sup> Ibid., p. 257

<sup>16</sup> ALMEIDA, Paulo Roberto de. Política e organização dos trabalhadores frente à “abertura política” no Brasil dos anos 80. In: MACHADO, Maria C. T.; PATRIOTA, Rosângela. (orgs.) *Política, Cultura e Movimentos sociais: contemporaneidades historiográficas*. Uberlândia: Edufu, 2001. p. 160.

<sup>17</sup> Ibid.

Romper com esse discurso de uma vanguarda apta a direcionar os trabalhadores foi um processo por vezes compreendido como carência de elaboração teórica de esquerda. Independentemente de tal percepção, cabe ressaltar que o movimento realizado pelos trabalhadores em fins dos anos 1970 acabou por pautar, na ordem do dia das reivindicações por melhorias nas suas condições de trabalho e salário, também a própria representação política dos mesmos, e, acima de tudo, pelos mesmos. Se, naquele momento, apenas o movimento por meio das greves se mostrava insuficiente para conquistar tais melhorias, o viés político partidário poderia ser um dos possíveis caminhos a seguir; o partido é apontado como instrumento para se alcançar o poder, processo que deveria ser construído *a partir* das bases. Era esta uma das principais ideias propostas na Tese de Santo André-Lins, de 24 de janeiro de 1979:

Combinam-se, portanto, a necessidade da construção de independência política dos trabalhadores com a necessidade de um instrumento de luta pela conquista do poder político. E é levando estas discussões para as bases que devemos nos lançar no trabalho da construção desse partido.<sup>18</sup>

Assim, a configuração de um partido nascido de baixo para cima, ou seja, das bases, ia na contramão de modelos partidários até então existentes.

<sup>18</sup> PARTIDO DOS TRABALHADORES. A Tese de Santo André-Lins. In: \_\_\_\_\_. *Op cit.* p. 47.

Isso porque, na prática, representava trazer à frente do palco da política partidária setores até então marginalizados ou, como visto anteriormente, até então percebidos como necessitados de uma “vanguarda” que os conduzisse na busca por seus ideais. Enfim, a proposta que colocava nas *bases* os destinos do partido procurava construir o mesmo como “um espaço aberto do qual participassem todos os trabalhadores, em que as decisões fossem tomadas e discutidas amplamente com todos os filiados.”<sup>19</sup> Sendo assim, para que tal proposta ocorresse de fato, era preciso voltar os olhos para as várias formas de organização da população por melhores condições de vida, seja no campo ou na cidade, nas fábricas, sindicatos, escolas, nas associações de bairros, etc. Com isso, o vínculo do partido se dava com o universo do trabalho como um todo, trabalho assalariado essencialmente, de baixo poder aquisitivo. Com essa identificação, *dos Trabalhadores*, o PT ampliava o próprio conceito de classe inserido nesse processo. Não nascia com a intenção de ser um partido dos operários ou um partido do movimento sindical. Seria um partido para aglutinar as aspirações da *classe trabalhadora*, afinal de contas, embora sua *base* fosse constituída com expressiva presença de operários da indústria, dela também faziam parte trabalhadores de empresas de transporte, bancários, lavradores, trabalhadores rurais sem terra, professores.

<sup>19</sup> ALMEIDA, Paulo R. *Op. cit.*, p. 163

Conforme Paulo Henrique Martinez, “a composição dessa base social agregava ainda inúmeros segmentos politicamente radicalizados da classe média, vinculados pelo trabalho e pela participação em diferentes movimentos associativos e reivindicatórios [...] por habitação, salários, empregos, saúde.”<sup>20</sup> E nesse bojo, se encontravam também estudantes, médicos, jornalistas, advogados, economistas, professores universitários, militantes da Igreja Católica, enfim, todos aqueles que se identificavam com o discurso e ideal petista de construção de uma sociedade mais democrática/igualitária. Contudo, para além de sua constituição de base diversificada, o que por ora apontamos é que a valorização da base se colocava como elemento fundamental na construção da ideologia partidária petista. Logo no início do texto de seu Programa, aprovado em 1º de julho de 1980, os petistas procuravam evidenciar sua diferenciação em relação aos outros partidos, justamente vinculando seu conceito de democracia na decisão das bases: “Nosso partido é diferente porque é democrático: nele quem manda são as bases.”<sup>21</sup> Ainda de acordo com o documento, pelo fato de se fazer nas lutas diárias dos movimentos e organizações populares, o respeito e a defesa

<sup>20</sup> MARTINEZ, Paulo H. O Partido dos Trabalhadores e a conquista do Estado. In: REIS FILHO, Daniel; RIDENTI, Marcelo. *História do Marxismo no Brasil, História do marxismo no Brasil*, v. 6: Partidos e movimentos após os anos 1960. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 2007, p. 246.

<sup>21</sup> PARTIDO DOS TRABALHADORES. Programa. In: \_\_\_\_\_. *Op. cit.*, p. 68.

da autonomia destes são a própria garantia do Partido enquanto partido dos trabalhadores. E continua na valorização da descentralização das decisões:

A experiência adquirida no curso das lutas recentes mostrou [...] aos trabalhadores que suas lutas específicas, por mais amplas que sejam, não asseguram a realização de suas conquistas devido à centralização do poder de decisão política. Os trabalhadores compreenderam, então, que isto só pode ser conseguido através de sua própria participação política nesse processo de decisão.<sup>22</sup>

Está evidente aí a referência aos movimentos grevistas de fins da década de 1970, principalmente os do ABC paulista. Aquela relação dos sindicalistas “autênticos” com as suas bases agora era claramente transposta para a ideia de partido que ajudavam a construir. E dando mais um passo importante nesta constituição partidária, o Estatuto do então recém-formado Partido dos Trabalhadores destinava um de seus capítulos para um elemento essencial à participação das bases nos processos de decisão da agremiação: os *núcleos de base*:

Art. 35º- Os filiados de um mesmo domicílio eleitoral organizar-se-ão em Núcleos de Base, por local de moradia, por categoria profissional, por local de trabalho ou por movimentos sociais.

Art. 37º- As funções dos Núcleos de Base são as seguintes:

I. organizar a ação política dos filiados, segundo a orientação dos órgãos de deliberação e direção partidária, estreitando a ligação do Partido com os movimentos sociais;

II. emitir opinião sobre as questões municipais, regionais e nacionais que sejam submetidas a seu exame pelos respectivos órgãos de direção partidária;

III. aprofundar e garantir a democracia interna do Partido dos Trabalhadores;

IV. promover a educação política dos militantes e filiados;

V. sugerir aos órgãos de direção partidária consulta aos demais Núcleos de Base sobre questões locais, regionais ou nacionais de interesse do Partido;

VI. convocar o Diretório Municipal, nos termos do art. 22 deste Estatuto.<sup>23</sup>

Como podemos perceber, a lógica da constituição partidária a partir de núcleos de base era proposta visando à *democracia interna*, além de *estretar a relação com os movimentos sociais*, fórmula favorável a uma possível relação entre o Partido e lideranças de movimentos de bairro, tal como associações de moradores, ou mesmo as Comunidades Eclesiais de Base, de onde saíram vários sujeitos para constituir núcleos petistas, como foi o caso de Montes Claros. Além disso, ao priorizar tal constituição partidária,

os petistas deixaram de lado paradigmas consagrados no campo das esquerdas tanto em termos de organização partidária como de orientação política. Em lugar das tradicionais cé-

<sup>22</sup> Ibid., p. 68.

<sup>23</sup> PARTIDO DOS TRABALHADORES. Estatuto. In: \_\_\_\_\_. *Op cit.* p. 83.



lulas partidárias, atributos característicos dos “partidos de quadros”, o PT [...] optou em sua organização pelos “núcleos de base”, organismos constituídos por filiados e simpatizantes organizados a partir dos seus locais de moradia e trabalho, por categoria profissional e também pela inserção nos movimentos sociais.<sup>24</sup>

A valorização das bases acabou sendo um dos vários “pontos de encontro” entre PT e católicos progressistas. Por mais que a estruturação dos núcleos petistas não tenha logrado tanto êxito no desenrolar da história do partido e se efetivado tão concretamente, fato é que esta iniciativa acabava por se assimilar com a proposta também democrática do que aqui colocamos como um “novo jeito de ser Igreja”, expressão esta utilizada pelos católicos progressistas ao se referirem às CEBs, numa referência também ao o papel atribuído aos leigos e à sua valorização na instituição católica a partir da década de 1960. A nosso ver, foi essa aproximação dos discursos e das práticas que contribuiu para, no caso aqui analisado, estabelecer um elo entre PT e catolicismo progressista. Uma evidência dessa proximidade e desse profundo diálogo foi a própria constituição dos núcleos de base petistas em Montes Claros, algo que só viria a acontecer após a direção do Partido ser composta por uma maioria de sujeitos provenientes da militância religiosa católica

Em Montes Claros, os primeiros indícios da formação de núcleos de base do PT não se deram logo após a fundação do mesmo, mas em fins da década de 1980, ou seja, posteriormente à reformulação da agremiação na cidade, com a entrada de pessoas ligadas à Igreja Católica. Em nossas fontes de pesquisa, como as atas de reuniões do Partido, a primeira menção aos núcleos de base se dá em agosto de 1987, em uma pré-convenção para a eleição de um novo diretório. No presente documento, podemos ler: “O partido tem crescido, já existindo núcleos de moradores petistas nos bairros: Santos Reis, Delfino Magalhães, Eldorado, com outros em formação; Morrinhos e Santa Rita.”<sup>25</sup> No mesmo documento estava em questão a necessidade de reforçar os núcleos existentes. Em reunião do Diretório Municipal, de 29 de outubro do mesmo ano, a questão dos núcleos voltava a fazer parte das discussões elencadas, colocado em pauta por militantes do núcleo do bairro Santos Reis: “O núcleo do Santos Reis propõe à Executiva uma avaliação com discussão a respeito do papel dos núcleos, lembrando que os mesmos estão perdidos em relação ao Diretório Municipal.”<sup>26</sup> No seguinte mês, em reunião da Executiva Municipal do Partido, mais uma vez entrava em pauta a questão dos núcleos, suscitado novamente por militantes ligados ao núcleo do Santos Reis:

<sup>25</sup> Ata do Diretório do Partido dos Trabalhadores de Montes Claros. 17 de ago. de 1987, fl.18.

<sup>26</sup> Ata do Diretório do Partido dos Trabalhadores de Montes Claros. 29 de out. de 1987, fl. 2.

<sup>24</sup> ALMEIDA. Antonio de. *Op. cit.*, p. 266.

Dada a pouca formação política dos militantes petistas nos bairros, o núcleo do Santos Reis alerta a Secretaria de Formação Política para a preparação de um documento esclarecendo o papel do núcleo no trabalho de ampliação dos quadros petistas.<sup>27</sup>

Tal cobrança e participação de representantes diretos de núcleos nas reuniões do Diretório e Executiva Municipal traziam em si a necessidade sentida por alguns militantes de manter viva a própria ideia, colocada anteriormente, de estruturação e democracia partidária por meio dos núcleos, tão cara ao PT e por isso muitas vezes tão cobrada quanto ao seu real desempenho. Assim, em Montes Claros, ao menos em um breve momento, em fins da década de 1980, esse anseio pela organização e maior atenção para com os núcleos acabou proporcionando uma melhor estruturação de alguns destes. Uma evidência de tal fato nos é trazida por um pequeno informativo, denominado “*E a gente oPTou*”, do Núcleo de Base do Partido dos Trabalhadores da Região do Santa Rita. No primeiro informativo, de março de 1988, destacava-se o processo de estruturação do núcleo, com a formação de sua coordenação e as expectativas de seus participantes quanto ao papel do mesmo. Nos informativos que se seguiram, constavam os eventos promovidos pelo núcleo para angariar fundos, as atividades re-

alizadas junto à comunidade à qual estava inserido, etc. O núcleo em questão era composto por dois coordenadores, dois secretários e dois tesoureiros.

Na experiência vivenciada por alguns dos sujeitos atuantes no PT àquela época, os núcleos eram parte essencial da estruturação partidária, tal como relata o senhor José Geraldo Leão Cangussu, coordenador em 1988 do Núcleo de Base da Região do bairro Santa Rita:

Nós tivemos três núcleos organizados né... com discussão política, com atuação, com direção... é... três núcleos que tinham no Partido um peso político na medida que havia disputa... e com a reflexão, na medida que os núcleos faziam reuniões nos seus locais de residência e fazia a reflexão política, social, da conjuntura local, nacional e internacional, então tornava-se um militante mais politizado. O núcleo tem essa vantagem [...] criava uma reflexão... O núcleo tinha autonomia, tinha tesoureiro, fazia é... promoções pra conseguir dinheiro pra poder comprar material pra fazer jornalzinho. Aí na reunião do partido, o presidente do núcleo do partido falava como é que tava a coisa, como é que foi discutido, como é que foi feito, é... contribuía bastante.<sup>28</sup>

O núcleo teria função de estar mais próximo aos bairros, levando as ideias e os projetos do partido, essencialmente, mas não somente, em épocas de campanha eleitoral. Em ata da pré-Con-

<sup>27</sup> Ata do Diretório do Partido dos Trabalhadores de Montes Claros. 14 de nov. de 1987, fl. 4.

<sup>28</sup> CANGUSSU, José Geraldo Leão. Entrevista concedida a Leandro de Aquino Mendes. (fit. mag.) Montes Claros, 30 de agosto de 2004.

venção do Partido dos Trabalhadores de Montes Claros, de julho de 1988, quando foram tratados assuntos vários, como táticas eleitorais para as eleições municipais, a qual o partido iria concorrer, foi descrito como papel dos núcleos de base “convocar reuniões nos bairros para discutir o programa (plano de governo) e fazer a apresentação de todos os candidatos.”<sup>29</sup> Ou seja, caberia aos partidários atuarem nos núcleos para levar as propostas e projetos petistas, partindo do princípio da proximidade entre estes e as comunidades. Apesar da militância a partir dos núcleos estar constantemente presente nas discussões em reuniões do Diretório do PT na cidade, era latente, nesses documentos, a preocupação de alguns partidários com a manutenção dessa forma de estruturação e prática político-partidária. Em um documento de circulação interna, intitulado “Papel e Objetivos do Núcleo de Base da Região do Santa Rita”, um militante expressava tal preocupação:

Hoje devida a fragilidade de nossa direção partidária os núcleos estão entregues à carência de uma direção política, de um acompanhamento mais efetivo por parte da executiva, fenômeno este surgido do próprio crescimento que atravessa o PT como partido novo. Lutar para uma postura de nucleação dentro do partido, é responsabilidade de todo militante.<sup>30</sup>

<sup>29</sup> Ata do Diretório do Partido dos Trabalhadores de Montes Claros. 17 de jul. de 1988, fl. 29.

<sup>30</sup> Gilberto Assunção. *Boletim do Núcleo de Base do Santa Rita*. Partido dos Trabalhadores. 09 de abr. de 1989.

Enfim, integrar os militantes petistas por meio de núcleos de base era uma importante prática democrática, algo que, conforme relatos de partidários da época, acabou sendo subsumido dentro da própria dinâmica do partido em atuar no sentido de conquistar o poder público, conforme relato de um ex-militante à época:

grande parte das conquistas que o partido teve ele saiu exatamente desse processo da discussão desses núcleos e que chegava nos embates internos dentro do partido né... O núcleo do Santos Reis era o maior que tinha, a gente tinha mais de oitenta pessoas no núcleo né... Então o partido se voltava para as bases porque lá no bairro tavam os militantes que participavam de... que levava, ajudava a levar a discussão pro interior do partido. Com o espaço de tempo... com a institucionalização do partido como partido político, de fazer parte do governo, de disputar eleição, de ganhar eleição, de fazer (...), então isso foi distanciando. Então acho que o PT hoje ele não tem nada mais da sua origem não.<sup>31</sup>

Dessa forma, buscava-se evitar a centralização na tomada das decisões e estratégias adotadas pelo diretório, apesar do núcleo de base se constituir em torno de uma estrutura hierárquica. Avaliar se tal processo logrou ou não êxito não cabe aqui responder, mas trazer, a partir das questões aqui elencadas, as experiências dos sujeitos. O que

<sup>31</sup> VASCONCELOS, Heron Domingos de. Montes Claros-MG. 18 de fev. 2009. MP3 (48min.). Entrevista concedida a Leandro de Aquino Mendes.

esses relatos nos transmitem, mais do que uma simples estruturação partidária, é um sentimento de democratização das relações que iam se construindo no partido, de democracia por meio da valorização de sua base, processo esse semelhante ao que estava acontecendo na Igreja Católica, o que, dentre outros fatores, foi essencial para essa identificação entre católicos e petistas, entre a militância religiosa e política, fazendo com que as fronteiras entre esses “campos” se estreitassem cada vez mais, nas práticas e nas ideias dos sujeitos envolvidos nesse processo. Nas *bases*, estariam lançadas as sementes de uma ética política que se pôs a dialogar diretamente com uma ética religiosa.

### **Democracia, libertação, justiça social: faces de um projeto político/religioso**

Como abordamos anteriormente, o discurso de formação do PT, desde a Tese de Santo André-Lins, parte do princípio da injustiça do sistema capitalista, cuja finalidade última, o lucro, para ser atingido, se utiliza em grande parte “da exploração desumana de homens, mulheres crianças até a implantação de ditaduras sangrentas para manter a exploração”<sup>32</sup> Para superar essa realidade de injustiça, a formação do partido político seria o “melhor instrumento” para o trabalhador. Desse

modo, afirma a Tese, “os trabalhadores têm que organizar os seus partidos que, englobando todo o proletariado, lutem por efetiva libertação da exploração.”<sup>33</sup>

Tal discurso, tal sentimento de que os trabalhadores conquistassem sua “libertação da exploração” era o mesmo propagado pela ala progressista da Igreja, fazendo com que os ideais do Partido dos Trabalhadores tecessem uma profunda identificação com os ideais dos católicos progressistas. A preocupação com a questão do pobre era ponto comum entre uma determinada ética política e uma determinada ética religiosa. A Carta de Princípios do PT destacava que

o povo brasileiro está pobre, doente e nunca chegou a ter acesso às decisões sobre os rumos do país. E não acreditamos que esse povo venha a conhecer justiça e democracia sem o concurso decisivo e organizado dos trabalhadores, que são as verdadeiras classes produtoras do País. [...] Os males profundos que se abatem sobre a sociedade brasileira não poderão ser superados senão por uma participação decisiva dos trabalhadores na vida da nação.<sup>34</sup>

Ao analisar o tema “Igreja Popular e Democratização”, Luiz Eduardo Wanderley procura traçar um panorama geral do pensamento católico progressista acerca do sentido de democracia associado à superação da pobreza. Con-

<sup>32</sup> PARTIDO DOS TRABALHADORES. A Tese de Santo André-Lins. In: \_\_\_\_\_ *op. cit.*, p. 47.

<sup>33</sup> *Ibid.* p. 47.

<sup>34</sup> PARTIDO DOS TRABALHADORES. Carta de Princípios. In: \_\_\_\_\_ *Op. cit.* p. 50.

forme o autor, isso se evidencia, por exemplo, no documento publicado pela CNBB em 1989, intitulado *Exigências Éticas da Ordem Democrática*, ao longo do qual, há uma concepção da “pobreza como negação da democracia”.

A democracia não se realiza, de fato, quando o sistema econômico exclui parcelas da população dos meios necessários a uma vida digna: acesso ao trabalho com justa remuneração, à moradia, à terra, à educação, à organização sindical, à participação nos lucros e na gestão da empresa [...] A existência de milhões de empobrecidos é a negação radical da ordem democrática. A situação em que vivem os pobres é critério para a bondade, a justiça, a moralidade, enfim, a efetivação da ordem democrática. Os pobres são os juízes da vida democrática de uma nação.<sup>35</sup>

O documento em questão foi escrito em abril de 1989, ano da primeira eleição direta para presidência da República após o golpe militar de 64. Mas reflete ainda os ecos da “opção preferencial pelos pobres”, processada nos anos anteriores. Segundo Luiz Eduardo Wanderley, o pensamento católico progressista, seja por meio do episcopado mais progressista, seja por meio dos ativistas da *base*, relaciona diretamente a questão democrática à questão da pobreza. “Em outros termos, na situação de pobreza e miséria que configura

o quadro da América Latina, discussões teóricas sobre a teoria democrática sem vínculos reais com os empobrecidos não são encaradas como coisa séria pelos ativistas cristãos.”<sup>36</sup>

Em 1986, mais um documento da CNBB ressalta o quanto a então denominada “democratização”, ou “redemocratização” como também passou a ser chamado aquele momento do país, deveria compreender esse conceito de democracia, não apenas associada ao campo político, mas sim ao social como um todo:

O momento político em que vivemos é de transição. Este não se limita, no entanto, à passagem do ordenamento institucional herdado do regime anterior ao reencontro da democracia política. Ela se inscreve num processo histórico mais denso e permanente de superação de uma sociedade elitista, que exclui dos benefícios do desenvolvimento grandes parcelas da população. Ao mesmo tempo, busca uma democracia também econômica e social que estenda a todos a condição de cidadão participante e co-responsável na luta pela melhoria das condições coletivas de vida.<sup>37</sup>

Desse modo, a democracia, não enquanto uma estratégia para se alcançar outro fim, mas como finalidade nela mesma, só seria alcançada por meio de uma ampla e efetiva participação do

<sup>35</sup> CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Exigências Éticas da Ordem Democrática*. p. 8. Disponível em: [www.cnb.org.br](http://www.cnb.org.br) Acesso em 03/03/2009.

<sup>36</sup> WANDERLEY, Luiz E. *Democracia e Igreja Popular*. São Paulo: Educ, 2007, p. 196.

<sup>37</sup> CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Por uma nova ordem constitucional*. p.2. Disponível em: [www.cnb.org.br](http://www.cnb.org.br) Acesso em 03/03/2009.

povo, do trabalhador, do pobre, categorias que de certo modo se tornam sinônimos, trazem um mesmo significado, ou seja, de uma grande massa excluída dos processos de decisão do país, excluída do acesso aos bens materiais que proporcionam melhores condições de vida. Essa forma de compreender a realidade social é um dos pontos em comum entre uma ética católica e uma ética política. Representam os mesmos ideais de sujeitos que, naquele momento histórico, ansiavam pela “liberdade”, porque explorados e marginalizados “desde sempre”, como afirma a Carta de Princípios petista:

Vista do ângulo dos interesses das amplas massas exploradas, desde sempre marginalizadas material e politicamente em nosso país e principais vítimas do regime autoritário que vigora desde 1964, a conjuntura revela tendências extremamente promissoras de um futuro de liberdades e de conquistas de melhores condições de vida.<sup>38</sup>

A palavra “libertação” era outra categoria em comum entre petistas e católicos progressistas. Perpassava assim o campo do político e do religioso. Ao relembrar aquele processo de identificação desses discursos e práticas no PT e na Igreja em Montes Claros, o senhor Luiz Antonio Chaves revela o que para ele era “um sentimento comum”, tanto religioso quanto político:

Havia o quê... havia um único sentimento, que era de buscar a liberdade, a gente acreditava que ia ganhar o poder, que a classe operária ia assumir o poder e que o socialismo ia acontecer, que a reforma agrária ia acontecer, isso ninguém tinha dúvida. Então como esse objetivo era o mesmo né... todos enfim vinham de uma única base cristã, a base era cristã, católica, sobretudo católica, então acabava se fundindo ali aquele sentimento de luta em torno de um objetivo comum que era construir um partido pra conquistar o poder e conseguir a chamada libertação. Essa palavra libertação era usada em toda e qualquer ocasião, em qualquer evento, a palavra libertação... libertação é muito ampla né... libertar-se de tudo o que oprimia, tudo aquilo que oprime enfim, ia ser combatido, ia ser derrotado.<sup>39</sup>

Nesse sentido, *esse sentimento*, na visão do entrevistado, era lugar comum seja nas discussões partidárias, seja nas discussões religiosas, aproximando assim o discurso político de cunho socialista com o discurso religioso. Acerca dessa *libertação*, Éder Sader faz algumas considerações. Para o autor, a noção de libertação propagada pelas CEB's e pastorais talvez seja melhor compreendida se comparada com a noção de revolução dos comunistas ou socialistas. Porém, Sader nos aponta para um detalhe que pode nos servir de parâmetro para melhor se compreender a relação dessa concepção católica

<sup>38</sup> PARTIDO DOS TRABALHADORES. Carta de Princípios. In: \_\_\_\_\_. *Op. cit.*, p. 51

<sup>39</sup> CHAVES, Luiz Antônio Alves. Betim-MG, 07 de out. 2008. MP3 (01:29). Entrevista concedida a Leandro de Aquino Mendes.

com o próprio discurso de esquerda. O autor coloca que, enquanto a ideia de revolução se baseia em fatos ocorridos no passado e projeta uma grande mudança estrutural para o futuro, a ideia de libertação não seria tão ávida por mudanças institucionais, nem operaria por meio de uma racionalidade estratégica, estando mais voltada para o “despertar da consciência” dos sujeitos “não tendo por objetivo central a instauração de uma nova estrutura, mas, antes que isso, a instauração de novos sentidos e valores nas ações humanas”, valorizando assim as mudanças nas próprias comunidades.<sup>40</sup> É uma diferença considerável e que pode nos servir como questionamento quanto ao próprio modo de perceber o que esses sujeitos compreendiam acerca desse sentido de “libertação”. Contudo, o que constatamos por meio dessas narrativas era o sentimento de uma necessidade de mudança, e a forma como se esperava alcançar essa mudança, rumo a uma sociedade mais igualitária, estava na chegada do PT ao poder, pela via eleitoral democrática institucionalizada.

Quanto a essa questão suscitada por Éder Sader, a percepção do senhor Alvimar Ribeiro – membro da Pastoral Operária desde o início dos anos 1980 no bairro Santos Reis, integrante do diretório petista em 1986, e membro da Comissão Pastoral da Terra até os dias de hoje – pode ser bastante elucidativa:

É... primeiro assim, partindo dos princípios do evangelho, você acredita na questão do anúncio e da denúncia e em uma sociedade em que ela possa ser mais justa... é... que isso possa trazer... Então a gente via isso... é... ainda num processo, que não seria pela... pela força... pela revolução... você via nisso, tipo você lutar pra um socialismo pra chegar-se um comunismo. Nós estudamos todos esses... essas possibilidades. E... pra se chegar a isso, cê teria que tá ocupando esses espaços, ocupando o espaço enquanto Igreja, enquanto organicidade de movimentos e enquanto... você chegar a ter um... esse poder, que seria o poder popular e a participação teria que ser via um... o partido né... E aí então a gente usava o discurso: esse partido foi construído por operário, nasceu dentro da cadeia, dentro do processo de... de partilha, onde vai ter a questão é... da reforma agrária sob o controle dos trabalhadores e salário justo, então quer dizer, ele nasceu pra corrigir o que tá aí, e dentro dos princípios de Igreja... a gente começou, a gente acreditou... nessa mudança.<sup>41</sup>

Conforme a narrativa acima, alcançar esses objetivos, tais como o salário justo, a reforma agrária, era algo que passava pela estruturação de um partido voltado para esses fins, imbuído assim por princípios que, segundo sua fala, eram inerentes ao campo do religioso. Mas isso, conforme podemos perceber, poderia passar ao largo da revolução enquanto força, enquanto violência. Tais objetivos passariam muito

<sup>40</sup> SADER, Éder. *Op. cit.*, p. 165

<sup>41</sup> SANTOS, Alvimar Ribeiro dos. Montes Claros-MG. 14 de jan. 2009. MP3 (54 min.). Entrevista concedida a Leandro de Aquino Mendes.

mais pela conquista desse espaço político. Em outras palavras, a *revolução* era a própria melhoria das condições de vida dos trabalhadores, era a própria *democracia*.

Desse modo, a “libertação”, podemos dizer, traduzia-se como o direito à ampla representação e à participação política dos *trabalhadores*. Essa era, para os petistas, uma das ideias mais caras de seu discurso, porque trazia em si o ideal democrático do Partido, porque era o caminho a ser trilhado para a superação dos “males profundos que se abatem sobre a sociedade brasileira”, conforme declara sua Carta de Princípios. Desse modo, os sujeitos do PT transmitiam a ideia de que a democracia plena só seria conquistada pela participação política desse amplo contingente populacional a qual se atribui o nome de *trabalhadores*, seja por meio da filiação e militância partidária, da participação nos movimentos sociais, assim como pelo direito ao voto direto. Democracia plena que também só seria possível com o fim da desigualdade social no acesso aos bens produzidos pela sociedade, conforme podemos verificar em seu Programa:

O PT nasce numa conjuntura em que democracia aparece como uma das grandes questões da sociedade brasileira. Para o PT, a luta democrática concreta de hoje é a de garantir o direito à livre organização dos trabalhadores em todos os níveis. Portanto, a democracia que os trabalhadores propõem tem valor permanente, é aquele

que não admite a exploração econômica e a marginalização de muitos milhões de brasileiros que constroem a riqueza do País com o seu trabalho. A luta do PT contra o regime opressivo deve construir uma alternativa de poder econômico e político, desmantelando a máquina repressiva e garantindo as mais amplas liberdades para os trabalhadores e oprimidos que se apoiem na mobilização e organização do movimento popular e que seja expressão de seu direito e vontade de decidir os destinos do país. um poder que avance nos rumos de uma sociedade sem exploradores nem explorados.<sup>42</sup>

Nesse sentido, nos remetemos novamente à ideia da democracia como um valor em si mesmo, que se traduz pela liberdade de organização e participação política, e, principalmente, com o fim da desigualdade social. Desse modo, democracia se confundiria com a própria ideia de socialismo, porque refletem um mesmo ideal de sociedade, ou seja, uma sociedade socialista seria uma sociedade democrática. Como podemos ler na Carta de Princípios do partido, para os fundadores do PT, “não há democracia sem socialismo, nem socialismo sem democracia.”

A relação entre o PT e a militância católica progressista foi claramente assumida na publicação da Declaração Política do partido, aprovada em São Bernardo do Campo, em 13 de outubro de 1979. No item 1, “sobre as origens do PT”, é afirmado:

<sup>42</sup> PARTIDO DOS TRABALHADORES. Programa. In, *op. cit.*, p.68-69.



A ideia do Partido dos Trabalhadores surgiu com o avanço e o fortalecimento desse novo e amplo movimento social que, hoje, se estende das fábricas aos bairros, dos sindicatos às *comunidades eclesiais de base*; dos Movimentos contra a Carestia às associações de moradores; do Movimento Estudantil e de intelectuais às associações profissionais; do movimento dos negros ao movimento das mulheres a ainda outros, como os que lutam pelos direitos das populações indígenas. (grifo nosso).<sup>43</sup>

Enfim, o PT se afirmava como um partido de origem plural, nascido dos movimentos sociais, dos quais faziam parte as CEB's. Era, assim, um partido de todos aqueles que comungavam do desejo de maior participação política das "classes oprimidas", assim como daqueles que desejavam cada vez mais a diminuição da desigualdade social.

Para além das tensões geradas pelo que os petistas afirmavam como uma das principais características do Partido, ou seja, seu pluralismo, fato é que nos discursos propagados pelo Partido dos Trabalhadores, atento às demandas e necessidades dos *trabalhadores, do pobre, do povo, das massas*, há um processo de identificação com o discurso católico progressista, seja aquele proveniente da hierarquia episcopal, como, por exemplo, a CNBB, ou mesmo aqueles provenientes das *bases*, dos leigos engajados nos movimentos de CEBs e pastorais sociais. Em essência, *libertação e democracia*

*plena* eram faces de um mesmo projeto social que se manifestava no campo do político e religioso. A *democracia* entendida como *justiça social*, com o fim da condição de pobreza por parte da população, poderia ser um dos principais elementos constituintes da própria noção de um "Reino de Deus" no plano terreno. É esse o sentido encontrado, por exemplo, no *Integração*, um boletim informativo das CEB's, Pastoral Operária e Comissão Pastoral da Terra do Norte de Minas Gerais, publicado a partir de 1983 na cidade de Montes Claros:

Sabemos dos conflitos de terra, das expulsões de posseiros, da fome, da pobreza e grande miséria do povo norte - mineiro. Precisamos denunciar *estes* fatos, que ferem a dignidade humana e impede o homem de ser reconhecido como filho de Deus e a realização do seu reino: Reino de justiça, de igualdade, de fraternidade, mas também de comida, de emprego, de saúde, de educação para todos e não para poucos.<sup>44</sup>

"O socialismo que nós queremos terá que ser a emancipação dos trabalhadores. E a libertação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores". Essa frase, proferida por Luiz Inácio Lula da Silva ao término do seu discurso na I Convenção Nacional do Partido dos Trabalhadores, realizado em agosto de 1981 na cidade de São Paulo, talvez possa ser a expressão

<sup>43</sup> PARTIDO DOS TRABALHADORES. Declaração Política. In: \_\_\_\_\_. *Op. cit.* p. 55.

<sup>44</sup> INTEGRAÇÃO. *Boletim informativo das CEB's, CPT e PO do Norte de Minas*. Montes Claros, Ano II, n°04. mar-abr, 1984.

de uma “utopia” que moveu milhares de sujeitos Brasil afora. Em Montes Claros, também chegou às portas da Igreja, aos ouvidos do “Povo de Deus”. Não conquistou, de fato, muitos adeptos, mas nosso foco é justamente esses poucos sujeitos católicos que se identificaram com o discurso petista e que compreenderam que tal discurso estava em harmonia com sua concepção de fé. Desse modo, para tais sujeitos, tal como a religiosidade não poderia estar apartada da política, esta, por seu turno, não deveria estar distanciada da religiosidade, posto que, ambas se tornavam elementos chave para a construção de um mesmo projeto social, de um mesmo ideal de sociedade.

Conforme colocado ao longo do texto, seja por meio das falas dos entrevistados ou dos documentos escritos, fica evidente a ideologia igualitária, pautada por uma ética religiosa e política que prima pela igualdade entre as pessoas, sobretudo de acesso aos bens materiais, culturais, enfim, sociais. Em *Direita e Esquerda: razões e significados de uma distinção política*, Norberto Bobbio afirma que um dos, ou talvez o critério fundamental para distinguir uma pessoa de pensamento de direita de um esquerdista está na forma como trata a questão da igualdade: na distinção entre direita e esquerda está “a diversa postura que os homens organizados em sociedade assumem diante do ideal da igualdade, que é, com o ideal da liberdade e o ideal da paz, um dos fins últimos que os homens se propõem

a alcançar e pelos quais estão dispostos a lutar.”<sup>45</sup>

Segundo Bobbio, o adepto da ideologia de esquerda procura ver mais o que os homens têm em comum, do que o que os distingue, ao contrário do indivíduo de direita, que se preocupa mais com a distinção, com a diferenciação entre os seres humanos. Nessa análise dicotômica, de um lado estariam aqueles que consideram serem os homens “mais iguais que desiguais”, enquanto, do outro, os homens são percebidos mais “desiguais do que iguais.”<sup>46</sup> Nesse sentido, afirma Bobbio:

Este contraste entre opções últimas é acompanhado por uma diversa avaliação da relação entre igualdade-desigualdade natural e igualdade-desigualdade social. O igualitário parte da convicção de que a maior parte das desigualdades que o indignam, e que gostaria de fazer desaparecer, são sociais e, enquanto tal, elimináveis; o inigualitário, ao contrário, parte da convicção oposta, de que as desigualdades são naturais e, enquanto tal, inelimináveis.<sup>47</sup>

Percorrendo esse critério de distinção entre essas duas ideologias, e afirmando a existência das mesmas na contemporaneidade, Bobbio também se refere à Teologia da Libertação enquanto sinônimo de igualitarismo

<sup>45</sup> BOBBIO, Norberto. *Direita e Esquerda: razões e significados de uma distinção política*. 2ª ed. São Paulo: Editora Unesp, 2001.

<sup>46</sup> *Ibid.*

<sup>47</sup> *Ibid.*, p. 121.

religioso. Ao tecer uma crítica à J. A. Laponce que, em sua obra “*Left and Right. The Topography of Political Perceptions*”, de 1981, afirma que a própria religiosidade estaria vinculada à direita e o ateísmo à esquerda.<sup>48</sup> Nesse sentido, afirma Bobbio:

Partindo precisamente da consideração da ideologia igualitária, que o próprio Laponce vê como um dos traços característicos da esquerda, não se pode deixar de reconhecer quanta importância o igualitarismo de inspiração religiosa sempre teve nos movimentos revolucionários, dos Niveladores ingleses e dos seguidores de Winstaley à Teologia da Libertação. E, vice-versa, existe toda uma tradição de pensamento não igualitário, da qual Nietzsche é a expressão máxima, que considera o igualitarismo e seus produtos políticos, a democracia e o socialismo, como o efeito deletério da predicação cristã.<sup>49</sup>

As considerações de Bobbio nos levam a perceber o quanto o discurso da esquerda, voltado para a questão da igualdade entre os seres humanos, acabou sendo um importante elemento, se não o mais importante, na ligação com os anseios dos católicos progressistas, dos adeptos da Teologia da Libertação. Portanto, se a *igualdade* é proveniente da esquerda, ela também pode surgir da fé, de certa religiosidade, como foi, ou é, aquela proclamada pela ala progressista da Igreja Católica no período

do aqui privilegiado. Uma das formas de expressar esse sentimento comum, no caso dos católicos progressistas, se dava por meio dos cânticos. Significativo desse ideal de igualdade é o cântico “Na festa do meu povo”, presente na coletânea *Cantos da Libertação*:

Na festa do meu povo, há vinho, leite, comida/ mesa fraterna servida, a gente pode saciar! / É a nova sociedade, é mundo novo nascendo / Plantado entre os pequenos, a vida vai transformar.

*Vinho melhor foi guardado, pra hora que já soou! / Novos céus e nova terra: primavera começou.*

Na festa do meu povo, há terra partilhada / nas lutas de cada estrada, de acampados em mutirão! / Romeiros do grande dia, em busca de nossa terra/ grito de paz e guerra, promessa de libertação.

Na festa do meu povo, há esperança dançando / em cirandas anunciando: o Reino já começou! / Gente nas ruas da história, trabalhando a igualdade / caminheiros da verdade, no amanhã, que hoje chegou.<sup>50</sup>

Outro cântico significativo desse discurso da igualdade é “Se calarem a voz dos profetas”, recolhido em um livreto de cânticos da comunidade do bairro Santos Reis, cujo refrão diz o seguinte:

<sup>50</sup> O cântico *Na festa do meu povo*, presente na coletânea *Cantos da Libertação*, é atribuído à autoria de *Luzia Neves*. Cf. LOPES, Frei Jaime Ferreira (org.) *Cantos de Libertação*. Diocese de Itabira / Coronel Fabriciano, 4ª edição, 1988, p. 90. Contudo, em alguns sites de letras de músicas, a autoria é atribuída a *Zé Vicente*.

<sup>48</sup> Ibid.

<sup>49</sup> Ibid. p. 94.

É Jesus este pão de igualdade/ viemos pra comungar/ com a luta sofrida do povo/ que quer ter voz, ter vez, lugar/ Comungar é tornar se um perigo/ viemos pra incomodar/ Com a fé e a união nossos passos um dia vão chegar.<sup>51</sup>

A igualdade é aqui projetada por meio da comunhão com a “luta sofrida do povo”. Igualdade que se traduz assim na emancipação da situação de pobreza, algo propagado por uma ideologia religiosa que teceu, ou tece, profundos laços com a esquerda política. A igualdade pode ser percebida assim como um dos principais elementos de uma “matriz comum de crenças políticas e religiosas”,<sup>52</sup> num processo de recusa de valores individualistas em virtude do apreço pelo comunitário.

Acerca dessa fé que questiona a desigualdade social e que, portanto, pode vir adotar uma postura política voltada para uma ideologia igualitária, retomamos mais uma vez aos encontros de CEBs realizados em Montes Claros. Durante o V Encontro de CEBs da Micro Região Norte, após a leitura da bíblia e de alguns cânticos, os participantes professaram sua fé com os seguinte dizeres:

Creio em Deus/ que não criou o mundo já pronto/ como coisa que deva ficar

para sempre/ que não governa segundo leis eternas/ de imutável validade/ nem segundo ordenações naturais/ de pobres e ricos/ especialistas e desinformados.

Creio em Deus/ que deseja a resistência do que vive/ e a transformação de todas as condições/ através do nosso trabalho/ através de nossa política.

Creio em Jesus Cristo/ que tinha razão em lutar pela transformação/ de todas as condições, sozinho com nós./ Sem nada poder fazer e que com isto se arruinou./ Comparando com ele, reconheço/ como nossa inteligência se atrofia/ nossa imaginação sufoca, nosso esforço é vão/ porque não vivemos como ele viveu.

A cada dia temo, que ele tenha morrido em vão/ porque está soterrado em nossas igrejas/ porque traímos sua revolução/ em obediência e medo às autoridades.

Creio em Jesus Cristo que ressurgiu em nossa vida/ para que fiquemos livres de preconceitos e arrogância/ de medo e ódio/ continuando sua revolução em direção de seu reino.

Creio no Espírito/ que entrou no mundo com Jesus/ na comunhão de todos os povos/ e na responsabilidade/ pelo que resultar deste mundo/ um vale de lágrimas, fome e violência/ ou a cidade de Deus.

Creio na paz justa, que é realizável/ na possibilidade de uma vida plena de sentido para todos os homens/ e no futuro deste mundo de Deus. Amém.<sup>53</sup>

Assim, partindo da concepção de que a questão da igualdade permeava tanto os ideais petistas quanto dos cató-

<sup>51</sup> VAZ CASTILHO, Ir. Cecília. *Se calarem a voz dos profetas*. Presente no livreto *Cantos: caminhada para a libertação*, produzido pela Comunidade de Santos Reis, Diocese de Montes Claros-MG, 1995.

<sup>52</sup> LÖWY, Michael. *A guerra dos deuses: religião e política na América Latina*, Petrópolis: Vozes, 2000.

<sup>53</sup> DIOCESE DE MONTES CLAROS. *Relatório do V Encontro de CEBs da Micro Região Norte*. Montes Claros. 24 a 26 de jun. 1988

licos progressistas, procuramos evidenciar essa identificação, sobretudo, do ponto de vista de um religioso que não se restringe ao âmbito do espiritual, fomentando a participação político-partidária e percebendo, aí, não apenas uma “ferramenta” para se alcançar ideais gestados a partir de uma ética religiosa, mas que percebe a manifestação da religiosidade, seja por meio das práticas ou das ideias, como sendo também uma posição política em si.

### Referências bibliográficas

ALMEIDA, Antônio de. *Experiências políticas no ABC paulista: lutas e práticas culturais dos trabalhadores*. Uberlândia: Edufu, 2009.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. Política e organização dos trabalhadores frente à “abertura política” no Brasil dos anos 80. In: MACHADO, Maria C. T.; PATRIOTA, Rosângela. (org.) *Política, Cultura e Movimentos sociais: contemporaneidades historiográficas*. Uberlândia: Edufu, 2001.

BOBBIO, Norberto. *Direita e Esquerda: razões e significados de uma distinção política*. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2001.

KECK, Margareth E. O novo sindicalismo na transição brasileira. In: STEPAN, Alfred. (org.). *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

LÖWY, Michael. *A guerra dos deuses: religião e política na América Latina*, Petrópolis: Vozes, 2000.

MARTINEZ, Paulo H. O Partido dos Trabalhadores e a conquista do Estado. In: REIS FILHO, Daniel; RIDENTI, Marcelo. *História do Marxismo no Brasil, História do marxismo no Brasil*, v. 6: partidos e movimentos após os anos 1960. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 2007.

SADER, Éder. *Quando novos personagens entraram em cena*. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

WANDERLEY, Luiz E. *Democracia e Igreja Popular*. São Paulo: Educ, 2007.

WEFFORT, Francisco. *Por que Democracia?* São Paulo: Ática, 1985.

